

*Inovação e Sustentabilidade sob a Ótica da
Economia Ecológica. VITÓRIA/ES, 17 A 21 DE SETEMBRO DE 2013.
Hotel Vitória Grand Hall*

**X ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA
DE ECONOMIA ECOLÓGICA**



X ENCONTRO DA ECOECO

Setembro de 2013

Vitória - ES - Brasil

**A NECESSIDADE DE EFETIVA ATUAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL E DA
PARTICIPAÇÃO POPULAR PARA COIBIR AS BRIGAS DE GALO**

Marco Lunardi Escobar (UnP) - marcoescobar@unp.br

*Doutorando em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande-PB. Professor de Direito da
Universidade Potiguar.*

Lúcia Santana de Freitas (UFCG) - lucia.sdefreitas@gmail.com

Graduada em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (1987) e doutora em

Gesinaldo Ataíde Candido (UFCG) - gacandido@uol.com.br

Possui graduação em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (1989)

A NECESSIDADE DE EFETIVA ATUAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL E DA PARTICIPAÇÃO POPULAR PARA COIBIR AS BRIGAS DE GALO

Eixo temático:

seção: Políticas públicas e meio ambiente

subseção: Eficácia, efetividade e compatibilização das políticas

RESUMO: O artigo aponta a falta de atuação da administração pública em nível municipal diante de um problema ambiental no Nordeste brasileiro: as rinhas de galos. Percebe-se que é necessário maior eficiência por parte dos gestores das prefeituras, em função de que a maioria das ações para reprimir estas práticas e operações que fecharam locais de rinhas não contam com a participação dos órgãos ambientais municipais, e de que é preciso maior participação popular para ajudar na fiscalização e criação de políticas de proteção à fauna. O objetivo desta pesquisa é demonstrar que o município possui competência legal para o controle das brigas de galo, sendo portanto dever de todas as esferas da administração pública, bem como da sociedade civil, cooperar com a preservação ambiental. O recorte espaço-temporal é o estado do Rio Grande do Norte, de 2010 a 2012. Utilizam-se como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e documental, com análise da legislação aplicável. Também levantou-se dados secundários nos órgãos que realizam as operações de combate às brigas de galos no Estado.

PALAVRAS-CHAVE: gestão ambiental municipal, brigas de galos, participação popular

INTRODUÇÃO

O papel e atuação dos municípios tornam-se cada vez mais importante nas questões ambientais e o controle nesta esfera assume uma condição imprescindível, visto que os problemas ambientais acompanham o crescimento econômico, o que traz risco em nível local e global que envolve a contaminação da água, ar e solo, o efeito estufa, dentre outros problemas.

Para uma efetiva proteção do meio ambiente é importante que as prefeituras também participem das ações fiscalizadoras. É na esfera local que os problemas são vivenciados de forma direta e mais facilmente resolvidos, devido à possibilidade de envolvimento da comunidade na tomada de decisões e no desenvolvimento de ações preventivas e recuperadoras do meio ambiente, seja em relação à proteção da fauna, flora, solo, água, etc.

Diversos são os problemas ambientais que os municípios precisam enfrentar. Para Nalini (2003), as águas de rios, ribeirões, riachos, lagos e represas são contaminadas por resíduos agrícolas, esgotos, resíduos industriais, por lixo ou por sedimentos vindos da erosão. Considerando a necessidade do município em garantir o abastecimento humano, sua atuação no controle daquelas fontes de contaminação é fundamental para a preservação dos mananciais que ainda restam, para que as populações locais possam dispor de reservas de água potável para a sobrevivência.

Para uma efetiva proteção ambiental, compete à administração pública incentivar a participação da sociedade, como propõe Giaretta, Fernandes e Philippi Jr (2010). Para os autores, esta participação deve ser fomentada pela promoção de canais abertos, porém, a cobrança quanto ao espaço e partilha efetiva do poder é fundamental que exista por parte da sociedade. Dessa forma, a coletividade não fica a mercê da execução do processo, mas também busca sua inserção nas tomadas de decisão em nível municipal.

Neste contexto, o artigo tem como objetivo analisar o controle e ações estatais de proteção à fauna, e sua interface com a municipalização, a fim de verificar a participação ou não dos órgãos em nível municipal para a proteção da fauna, em especial aos galos que são vítimas de maus tratos ao serem colocadas para combate.

O objetivo deste trabalho é sugerir que os entes municipais faça uso da competência legal que possuem, de maneira a auxiliar no controle das rinhas de galo. Trata-se, então, de uma obrigação de todas as esferas da administração pública, assim como da sociedade civil organizada cooperar com a preservação ambiental.

A pesquisa tem como escopo espaço-temporal o estado do Rio Grande do Norte, de 2010 a 2012, com análise das operações que resultaram no fechamento dos locais onde eram realizadas as rinhas de galo.

Como procedimentos metodológicos, utiliza-se a pesquisa bibliográfica e documental, com análise da legislação aplicável. Também levantou-se dados secundários nos órgãos que realizam as operações de combate às brigas de galos no Estado

1- PROTEÇÃO À FAUNA E O PODER DE POLÍCIA AMBIENTAL

Uma das formas de controle do cumprimento das normas ambientais é exercida pela Administração Pública por meio do Poder de Polícia. O conceito legal desse instituto encontra-se previsto no Código Tributário Nacional, que assim define:

Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

O poder de polícia é prerrogativa da Administração Pública, que legitima a intervenção na esfera jurídica do particular em defesa de interesses maiores relevantes para a coletividade, e desde que fundado em lei anterior que o discipline e defina seus contornos. Esse poder vem evoluindo com o passar dos anos, da polícia geral, passou-se às polícias especiais, cuja atribuição peculiar é cuidar da elaboração e aplicação de normas que regulam determinados negócios do Estado e interesses da comunidade.

O poder de polícia ambiental, em favor do Estado, é decorrência lógica e direta da competência para o exercício da tutela administrativa do ambiente. Machado (2008, p.327-328) conceitua esta atividade:

Poder de polícia ambiental é a atividade da administração pública que limita ou disciplina direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato em razão de interesse público concernente à saúde da população, à conservação dos ecossistemas, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas ou de outras atividades dependentes de concessão, autorização, permissão ou licença do Poder Público de cujas atividades possam decorrer poluição ou agressão à natureza.

A importância da correta aplicação e exercício desse poder reflete-se tanto na prevenção de atividades lesivas ao ambiente, através do controle dos que estão sendo administrados, como em sua repressão, quando as autoridades noticiam formalmente a ocorrência de uma infração às normas ambientais, ensejando o desencadeamento dos procedimentos para a proteção dos recursos ambientais agredidos ou colocados em situação de risco (MILARÉ, 2010).

O exercício do poder de polícia é, todavia, restrito ao Poder Executivo, tanto na regulação e controle de atividades lícitas, como na repressão de atividades ilícitas. Na concepção de Granziera (2009, p.273) Em matéria ambiental, são as seguintes as ações relativas ao exercício do poder de polícia:

1. A fixação, por meio de regulamento de lei e sempre nos termos desta, de procedimentos administrativos e de normas e padrões ambientais, que permitam ao administrador exercer o controle sobre as atividades, licenciando-as ou não, assim como impondo as respectivas condições e limites, em caso positivo;
2. O exercício do órgão competente, nos termos da legislação ambiental, para licenciar empreendimentos potencial ou efetivamente poluidores;
3. A fiscalização do cumprimento das normas, regulamentos e limites estabelecidos pela própria administração, em cada caso concreto;
4. A aplicação das penalidades cabíveis, no caso de desrespeito à regra instituída, de acordo com o disposto na lei.

Portanto, cabe à todas esferas do poder executivo – federal, estadual e municipal – exercer o poder de polícia, que na gestão ambiental é fundamental para o controle das atividades danosas.

2 –AS NORMAS AMBIENTAIS E A DEFESA ANIMAL

O ordenamento jurídico brasileiro dispõe de normas – leis, decretos e portarias - que referme-se à fauna nativa quando especificam a atividade da caça, regras de proteção dos animais e condições de criação. E a Constituição Federal, no art. 225, VII trata, de um modo mais generalista, da flora e da fauna:

Art. 225 (...) Inc.VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

Assim, os animais domésticos existentes no país e também os animais silvestres, asselvajados ou ferais (descendentes de animais domésticos), estão entre os seres vivos que devem ser protegidos no Brasil contra a crueldade (BRASIL, 1988).

O Brasil é um dos países signatários da Declaração Universal dos Direitos dos Animais, que além de preservar o direito do animal contra a crueldade veda sua utilização como forma de diversão humana (UNESCO, 1978). Importante destacar o artigo da Declaração que claramente prevê a proibição deste emprego de animais em espetáculos:

Art. 10) Nenhum animal deve ser usado para divertimento do homem. A exibição dos animais e os espetáculos, que utilizam animais são incompatíveis com a dignidade do animal.

Porém na última década a prática das rinhas de galo, por alguns considerada esporte, passou a preocupar as autoridades e ambientalistas em todo o país. Isso porque sua realização pode constituir crime de crueldade contra os animais, previsto no artigo 32 da Lei nº 9.605/98, cuja pena vai de três meses a um ano de detenção, além do pagamento de multa. A pena sofre aumento que varia de um sexto a um terço se ocorre morte do animal, além de multa (BRASIL, 1998).

No Brasil, as leis referentes à fauna nativa tratam, a respeito da caça, sua proteção e condições de criação. Porém, a Constituição Federal, no art. 225, VII, da CF/88, trata, de um modo mais geral, da flora e da fauna. Assim, os animais domésticos existentes no país e também os animais silvestres, asselvajados ou ferais (descendentes de animais domésticos), estão entre os seres vivos que devem ser protegidos no Brasil contra a crueldade (BRASIL, 1988).

Em nosso país todos os animais, em qualquer que seja o *habitat*, constituem bens ambientais vivos, integrantes dos recursos ambientais compreendidos na natureza. Assim, fazem parte do meio ambiente, sem qualquer exceção, sem discriminação ou exclusão de espécies ou categorias, conseqüentemente, são protegidos sem discriminação pelo conjunto de normas ambientais.

Conforme Singer (2000) há três vezes mais animais domésticos neste planeta que seres humanos. Para o autor, a igualdade dos humanos para com as espécies é

negada, porque “esta atitude reflete um preconceito popular contra a idéia de levar os interesses dos animais a sério” (SINGER, *op. cit.*, p. 286).

2.1 - As Rinhas de Galo e o papel e atuação dos municípios

A rinha de galo é uma prática considerada crime ambiental na principal legislação que protege os animais, a [Lei Federal 9.605/98](#), conhecida como Lei dos Crimes Ambientais. O artigo 32 condena “o ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos” e prevê pena de detenção de três meses a um ano, além de multa (BRASIL, 1988).

A partir da vigência da Lei de Crimes Ambientais e com a pressão de ONGs e movimentos ambientalistas, começaram as operações para coibir as lutas de galos realizadas de forma clandestina. Polícia Federal, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis, Ministério Público e demais órgãos policiais constantemente realizam o fechamento das arenas, apreendem animais e materiais utilizados para as disputas.

Esta prática é normalmente acompanhada por cidadãos que realizam apostas. Assim, pode constituir também contravenção penal de jogo de azar, prevista no artigo 50 da Lei de Contravenções Penais – Decreto Lei nº 3.688/41, com pena de prisão de três meses a um ano, multa e perda dos móveis do local (BRASIL, 1941). Atualmente os órgãos ambientais constantemente realizam o fechamento e apreensões em locais utilizados para rinha de galos pelo Nordeste brasileiro, nas capitais e várias cidades do interior.

A fiscalização ambiental, pelo exposto, tem a competência repassada aos municípios. Verificou-se que é necessário que o órgão estadual possa analisar em que condições os estados podem transferir esta competência ambiental aos municípios, de forma que garantam os mesmos níveis de proteção. Ademais, tem-se que, pelo Princípio da Subsidiariedade que o setor público deve cumprir, existe a previsão de que o órgão público que tiver melhores condições poderá atuar. Assim quando existir alguma omissão, falha ou ineficiência, pode outro órgão ambiental fazer o controle e licenciamento.

Cabe à gestão ambiental municipal, em caráter prioritário, buscar formas de integração com a comunidade, para que ela atue como participante efetiva na construção de política ambiental que resulte em ações eficientes de proteção ambiental.

Ao analisar-se as normas vigentes já citados anteriormente, verifica-se que o município possui todos os requisitos previstos, portanto têm competência legislativa e administrativa para atuar na preservação da fauna.

O advento da municipalização do controle ambiental em várias cidades brasileiras trouxe o desafio para os demais órgãos estaduais e federais, que necessitam buscar este apoio das prefeituras, que devem ter condições de assumir a gestão dos problemas como a briga de galos.

Este aspecto, aliado ao estágio de formação de corpo técnico capacitado para uma atuação multidisciplinar, exige o acerto do momento de compatibilização da delegação, de modo que ocasione a otimização dos procedimentos da administração pública, possibilitando que as decisões administrativas sejam cada vez mais integradoras e mais ágeis.

2.3 A participação da sociedade civil na gestão ambiental

Os entes municipais constituem, dessa forma, o âmbito cuja ação pode produzir efeitos além dos limites geográficos e de autonomia política (GIARETTA, FERNANDES & PHILIPPI JR., 2010). Além das prefeituras, os cidadãos também estão mais próximos dos problemas ambientais como as agressões à fauna. Neste caso das rinhas de galo, é clara a obrigação da coletividade de denunciar e cobrar dos entes públicos uma atuação para coibir os danos às aves.

Esta obrigação é constitucionalmente prevista (BRASIL, 1988):

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Portanto, evidencia-se que o dever jurídico de proteção ambiental é atribuído não apenas ao Poder Público, mas também à coletividade, tratando-se, portanto, de um dever solidário, de uma responsabilidade da governança a ser compartilhada com a sociedade civil.

A necessidade de participação da sociedade civil em instrumentos da política ambiental brasileira emerge com intenção de dar uma resposta efetiva à crescente busca por um regime democrático capaz de confrontar problemas e conflitos ambientais que são, dada sua natureza, extremamente complexos e, portanto, não fáceis de serem resolvidos por uma perspectiva unidisciplinar, mas sim por uma visão interdisciplinar.

Nesse contexto é necessário aqui citar James e Blamey (1999), ao desenvolverem estudos sobre a participação pública em tomada de decisão na Austrália. Segundo os pesquisadores existem em torno de trinta abordagens que tratam da participação da sociedade em processos de decisão em questões ambientais. Porém, de nada serviria essa diversidade se a participação efetiva e prévia não se efetivarem. Os autores demonstram na prática esta retórica ao relatar os problemas ocorridos em um caso, usado como exemplo, por falta de participação social. Também destacam que os insucessos em programas e políticas desenvolvimentistas são decorrência das inadequações dos projetos e da implementação, por falta de envolvimento e efetiva participação das populações locais.

Dessa forma, um plano de gestão ambiental necessita, para ter eficácia, da participação dos cidadãos, e quanto mais informações estiverem disponíveis sobre o ambiente, mais significativa será a participação pública (GIARETTA, FERNANDES & PHILIPPI JR 2010).

As modalidades de participação popular que os autores demonstram são variadas, e cabe destacar os mais importantes para a fauna: Agenda 21, participação de audiência pública nos procedimentos licenciadores, zoneamento ambiental e representatividade nos comitês ambientais.

Para Losekann (2012, pg 07) a proposição de ações civis públicas e denúncia no Ministério Público devem ser usadas para “rever decisões propostas pelo governo e entendidas como atos que contrariam os processos participativos”.

Acrescenta-se que constituem-se formas de participação popular as representações nos conselhos estaduais de meio ambiente bem como no órgão colegiado nacional, o CONAMA. A propositura de Ação Popular e Mandado de Segurança Coletivo são ainda modalidades da coletividade cumprir seu dever de ajudar a coibir os danos ambientais e colaborar com a administração pública.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Como procedimentos metodológicos, inicialmente o estudo utilizou-se de pesquisa bibliográfica e documental, com análise da legislação aplicável à fauna, de maneira a combater os maus tratos, especificamente as rinhas de galos.

Realizou-se busca de dados secundários junto aos órgãos fiscalizadores – Companhia de Polícia Ambiental, IBAMA, Ministério Público do estado do Rio Grande do Norte e Polícia Rodoviária Federal. Foi possível levantar-se as informações das operações realizadas para coibir as rinhas de galo dos anos de 2010 a 2012. Definiu-se este período em função de se tratar de dados mais atuais, e pela disponibilidade das informações pelos órgãos públicos envolvidos no estudo.

Entrevistou-se os responsáveis pela gestão ambiental nos órgãos estaduais e federais, e os comandantes do policiamento ambiental no caso das informações levantadas junto ao Batalhão Ambiental da Polícia Militar. As informações foram obtidas no período de 02 a 10 de fevereiro de 2013, junto aos então gestores dos órgãos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 As Operações de Combate às Rinhas de Galo no Rio Grande do Norte de 2010 a 2012:

Com base nas informações obtidas, constatou-se que no ano de 2010, as atuações dos órgãos públicos foram basicamente na atuação de campeonatos e brigas isoladas das aves. Foi possível constatar cinco flagrantes da prática de maus tratos às aves. Tais atuações no Estado do Rio Grande do Norte foram todas realizadas pela Polícia Militar, sendo quatro delas pela companhia especializada em crimes ambientais. Em apenas uma das operações houve a participação de outra esfera de poder público, onde na cidade de Apodi/RN o IBAMA realizou atuação conjunta na fiscalização que culminou com apreensão de galos de briga, apostadores e criadores. Percebe-se que não houve atuação dos órgãos ambientais municipais. O quadro 1 sistematiza as realizações e resultados da operação no Rio Grande do Norte em 2010:

| DATA | MUNICÍPIO | QUANTIDADE ANIMAIS | ÓRGÃO(S) ENVOLVIDO(S) |
|-------------|------------------|---------------------------|----------------------------------------|
| 14/04/2010 | Mossoró/RN | Não informado | Polícia Militar Ambiental |
| 06/01/2010 | Apodi/RN | 40 | Polícia Militar, Polícia Civil e IBAMA |
| 13/06/2010 | Ceará-Mirim/RN | 72 | Polícia Militar |
| 08/11/2010 | Maxaranguape/RN | 11 | Polícia Militar Ambiental |
| 06/12/2010 | Parnamirim/RN | 12 | Polícia Militar Ambiental |

Tabela1 – Levantamento das operações/fiscalizações com apreensões de galos de briga no Rio Grande do Norte em 2010

Fontes: Polícia Militar, IBAMA, Ministério Público Estadual , 2013

No ano de 2011 a quantidade de operações, animais e pessoas apreendidas durante a realização de brigas de galo foi menor. Nas três fiscalizações porém apenas a Polícia Militar Ambiental realizou os trabalhos. O quadro a seguir expõe os dados e resultados das operações realizadas no Rio Grande do Norte com a finalidade de desmontar os locais onde eram realizadas as rinhas de galos.

| DATA | MUNICÍPIO | QUANTIDADE ANIMAIS | ÓRGÃO(S) ENVOLVIDO(S) |
|-------------|---------------------|---------------------------|-------------------------------|
| 02/03/11 | Currais Novos/RN | 29 | Polícia Militar Ambiental |
| 01/09/11 | Jardim do Seridó/RN | 2 feridos | Polícia Militar Ambiental |
| 07/09/11 | Mossoró/RN | 42 | Polícia Militar Ambiental |

Tabela 2 – Levantamento das operações/fiscalizações com apreensões de galos de briga no Rio Grande do Norte em 2011

Fontes: Polícia Militar, IBAMA, Ministério Público Estadual , 2013

Em 2012, conforme os dados dos mesmos órgãos analisados nesta pesquisa - Ministério Público Estadual, Polícia Militar, Polícia Civil, e IBAMA, foram interditados cinco locais de rinhas de galos no Rio Grande do Norte. Novamente o órgão de policiamento foi o responsável por todas as apreensões, e apenas em uma das diligências contou com a parceria do órgão federal, o IBAMA, que foi na última operação realizada no município de Touros/RN:

| DATA | MUNICÍPIO | QUANTIDADE ANIMAIS | ÓRGÃO(S) ENVOLVIDO(S) |
|-------------|------------------|-----------------------------|-------------------------------|
| 08/12/12 | Touros/RN | 88 (30 mortos e 58 feridos) | Ibama e a Polícia Militar |
| 05/12/12 | Parnamirim/RN | Não informado | Polícia Militar Ambiental |
| 27/09/12 | Mossoró/RN | Não informado | Polícia Militar Ambiental |
| 15/01/12 | Mossoró/RN | Não informado | Polícia Militar Ambiental |
| 10/06/12 | Ceará-Mirim/RN | 32 | Polícia Militar Ambiental |

Tabela 3 – Levantamento das operações/fiscalizações com apreensões de galos de briga no Rio Grande do Norte em 2012

Fontes: Polícia Militar, IBAMA, Ministério Público Estadual , 2013

Identifica-se, da mesma maneira que nos dois anos anteriores, uma maior presença fiscalizatória da Polícia Militar, por meio da companhia especializada em crimes ambientais, e uma pequena participação do órgão federal, o IBAMA. Percebe-se que os municípios do Rio Grande do Norte não cooperaram tampouco participaram das ações de controle às rinhas de galo.

Em 2013 novamente as brigas de galo continuaram a ser realizadas no Rio Grande do Norte. No dia 03 de fevereiro a Polícia Rodoviária Federal apreendeu onze galos de briga na cidade de Canguaretama. As aves eram transportadas de um campeonato em João Pessoa-PB com destino ao município de Ceará-Mirim, próximo à capital Natal. A figura a seguir mostra o resultado da operação.

Figura 1 – Apreensão de galos de briga no Rio Grande do Norte



Fonte: Polícia Rodoviária Federal no Rio Grande do Norte(2013)

Em entrevista com o diretor da unidade do IBAMA no município de Mossoró, percebeu-se por parte do gestor a necessidade de apoio das demais esferas de órgãos ambientais:

“Os danos causados ao meio ambiente são ameaça à coletividade e devem ser combatidos de forma eficaz por cada um de seus membros, sendo certo que a mudança do quadro que se apresenta hoje à sociedade passa, necessariamente, por alterações na conduta e compreensão humanas”.

Em relação à estrutura e fiscalização concernente ao IBAMA em Mossoró no Rio Grande do Norte, este órgão conta com o apoio de sete fiscais e duas viaturas para a realização do trabalho de fiscalização, sendo que dessas duas viaturas muitas das vezes uma delas é utilizada para as viagens de servidores que se deslocam para outras regiões como Pará, Mato Grosso e Rondônia, ficando a unidade do órgão federal com restrições de pessoal para a fiscalização e de veículo para atender a todas as demandas que são constantes, informou o gestor em entrevista.

Desta forma, fica clara a necessidade de apoio das demais esferas de órgãos ambientais (estadual e municipal) para a realização das operações de fiscalização que podem inibir a prática das rinhas de galo. Diante das dificuldades do órgão federal que culmina em uma reduzida participação do IBAMA nos combates às brigas de galo, seriam preciso maior presença dos órgãos municipais para garantir uma efetiva proteção à fauna.

5. CONCLUSÕES

Há constatação da omissão dos municípios na execução do poder de polícia para coibir os maus tratos aos animais decorrentes das brigas de galos.

Cabe destacar que por um lado, o município dada sua proximidade física com os locais das rinhas de galos, torna-se mais fácil a identificação, bem como mais ágeis as ações no sentido de flagrar e penalizar os infratores. Pore outro lado, poderá haver dificuldades na execução do poder de polícia em função do porte dos municípios e de sua infraestrutura – pessoas, veículos, sistemas de comunicação/denúncias entre outros.

Tais dificuldades poderiam ser superadas por meio de ações conjuntas entre os demais órgãos estaduais e federais, entretanto, tais órgãos também apresentam estruturas deficitárias, e não conseguem atender todas as demandas de proteção ambiental que lhes competem.

Quanto ao papel da sociedade neste contexto também se apresenta bastante limitada a atuação, resultando apenas nas denúncias dos locais das rinhas, que nem sempre são delatados à polícia. Não se percebe no Nordeste uma pressão social para uma política ambiental municipal de proteção aos animais, tampouco para a coibição das rinhas de galo. Inclusive para alguns grupos sociais as rinhas de galo são vistas

como fonte de renda e lazer, mesmo com a consciência de que são práticas ilegais e que os galos perdedores quando não morrem ficam mutilados

Por fim, cabe fazer uma reflexão acerca do distanciamento entre a legislação brasileira de proteção à fauna e sua efetividade na prática. O aparato legal desprovido de infraestrutura (humana, tecnológica, financeira, etc.) dos órgãos públicos apenas mascara a atuação do poder público, que aliado à falta de efetiva participação da sociedade na busca dos interesses individuais resultam na falta de proteção aos animais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 2008.

_____. **Lei nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

CARDOSO, Carlos de Montevaldo Ricarte **Depoimento** [janeiro. 2013]. Entrevistador: M. L. Escobar. Entrevista do Diretor do IBAMA no Rio Grande do Norte concedida para elaboração de Tese de Doutorado ao Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande. Mossoró, 2013.

FIORILLO, Celso A. Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GIARETTA, Juliana Barbosa Zuquer ; FERNANDES, Valdir ; PHILIPPI JR, Arlindo. **Gestão Ambiental Municipal no Brasil: condicionantes à participação social**. Em: Anais do V ENANPPAS - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Florianópolis, SC : ANPPAS, v. 1, p. 1-20, 2010. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2012000100012> Acesso em 08 jan 2013

JAMES, Rosemary F.; BLAMEY, Russel K. **Public participation in environmental decision-making – rhetoric to reality?** In: INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON SOCIETY AND RESOURCE MANAGEMENT, 1999, Brisbane. *Proceedings...* Austrália, 1999. p. 1-25.

LOSEKANN, Cristiana. **Participação da sociedade civil na política ambiental do Governo Lula**. Revista [Ambiente & Sociedade](#), vol.15 no.1 São Paulo Jan./Apr. 2012. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2012000100012> Acesso em 05 fev 2013

MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 16ª ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

MILARÉ, Édís. **Direito do Ambiente**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

MORANDI, Sônia; GIL, Isabel Castanha. **Tecnologia e meio ambiente**. São Paulo: Copidart, 1999.

ONU, *Declaração Universal dos Direitos dos Animais* . Proclamada em Assembléia da UNESCO em Bruxelas, Bélgica, no dia 27 de Janeiro de 1978. Disponível em <http://www.propq.ufscar.br/comissoes-de-etica/comissao-de-etica-na-experimentacao-animal/direitos> Acesso em 10 dez 2012

NALINI, José Renato. Poder Judiciário. *In*: Trigueiro, André (coord.). **Meio Ambiente no Século 21**. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2003.

SINGER, Peter. **Ética Prática**. Lisboa: Gradiva, 2000.